

SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA Nº 2.610 - DF (2019/0350783-6)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
REQUERENTE : AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL
PROCURADOR : FÁBIA MARA FELIPE BELEZI - SP182403
PROCURADORA : MARCELA DE ANDRADE SOARES - DF026680
REQUERIDO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIAO
INTERES. : CENTRAL ENERGETICA PALMEIRAS S.A
ADVOGADOS : JOSÉ CARDOSO DUTRA JUNIOR - DF013641
BRUNO BITTAR - DF016512
CELSO EDUARDO MEDEIROS DA SILVA - RS046717
JULIÃO SILVEIRA COELHO - DF017202
PEDRO HENRIQUE MACIEL FONSECA - DF034315
BERNARDO DE MELLO LOMBARDI - DF033124
CAMILA ALVES E FONTES - DF045599

DECISÃO

A AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL) requer a suspensão dos efeitos da decisão do Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), nos autos do Agravo de Instrumento n. 0066440-51.2016.4.01.0000, que deferiu a tutela de urgência nos seguintes termos (fl. 133):

(a) impondo à ANEEL que se abstenha, e que determine em relação à CCEE, de aplicar qualquer sanção à agravante em virtude de indisponibilidades ou entrega a menor de energia pela UTE Palmeiras de Goiás, bem como de lançar qualquer débito na liquidação financeira do mercado de curto prazo, efetuar qualquer dedução no cálculo da receita de venda (fixa ou variável), promover degradação de garantia física da UTE Palmeiras de Goiás, aplicar penalidade por insuficiência de lastro e instruir processo de desligamento em razão do descumprimento de acionamento da UTE Palmeiras de Goiás, sem prejuízo da entrega da energia, quando despachada, até os limites do quanto a agravante puder gerar na UTE Palmeiras de Goiás; ou (b) que suspenda qualquer penalidade imposta à agravante na reunião da CCEE em data de hoje, 22/11/2016.

Na origem, a CENTRAL ENERGÉTICA PALMEIRAS S.A. ajuizou ação contra a requerente, buscando o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato celebrado em decorrência do Leilão de Geração n. 4/2006.

O Juízo de primeiro grau indeferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela (fls. 79-85). Contra essa decisão, a interessada interpôs o referido agravo de instrumento, cuja tutela de urgência fora deferida pelo desembargador relator para impedir, em síntese, a imposição de penalidades relacionadas aos fatos discutidos nos autos principais (fls. 132-134).

A presente contracautela tem por finalidade suspender o efeito da decisão impugnada, que impede a aplicação de sanções à interessada. A requerente argumenta que a manutenção do *decisum* que pretende ver suspenso acarreta grave lesão à ordem e à economia públicas e pode desencadear efeito multiplicador ante o risco de usinas termelétricas adotarem expediente semelhante ao da interessada.

É o relatório. Decido.

Cabe a suspensão de liminar em ações movidas contra o Poder Público se houver manifesto interesse público ou flagrante ilegitimidade e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas (art. 4º da Lei n. 8.347/1992).

Ademais, a Corte Especial do STJ firmou o entendimento de que a interferência do Poder Judiciário em regras de elevada especificidade técnica do setor elétrico por meio de liminar configura grave lesão à ordem pública (AgInt na Pet no ARE no RE nos EDcl no AgRg na Pet na SLS n. 1.911/DF, de minha relatoria, DJe de 14/12/2018).

A presente controvérsia é idêntica à discutida na Suspensão de Liminar e de Sentença n. 2.572/DF, em que o pedido formulado pela requerente foi deferido, pois fora comprovada a grave lesão à ordem pública administrativa.

De modo semelhante, no presente caso, a grave lesão à ordem pública administrativa também está configurada, na medida em que a decisão impugnada impossibilita a ANEEL de exercer suas funções fiscalizadora e sancionadora, especificamente no tocante à averiguação do cumprimento do contrato firmado com a UTE Palmeiras de Goiás.

A decisão impede, de modo oblíquo, o exercício do poder de polícia da agência, entre outras funções a ela inerentes, o que é interferência em outro Poder. Trata-se de setor essencial, que exige segurança, previsibilidade e estabilidade (SS n. 2.806/DF, relator Ministro Francisco Falcão, DJe de 18/12/2015; SLS n. 2.377/DF, de minha relatoria, DJe de 24/10/2018).

Superior Tribunal de Justiça

Nesse contexto, a decisão impugnada acabou por afetar diretamente o exercício desse poder-dever da administração, especialmente porque o pedido da ação principal de equilíbrio contratual não guarda congruência alguma com o impedimento do poder de polícia administrativa da ANEEL. É evidente que a cautelar deferida não tem por consequência a garantia da remuneração dos serviços de fornecimento de energia elétrica e seu reequilíbrio, que é o objeto da referida ação principal. A única cautelar imaginável nesse tipo de ação seria uma que garantisse a solvabilidade do setor, o que não está em causa.

Sublinhe-se que, na essência do litígio, está o fornecimento de energia em região que pode, a qualquer momento, a depender do regime de chuvas, necessitar do acionamento da termelétrica; portanto, é imprescindível a atuação administrativa para atestar as condições do fornecimento de eletricidade. Logo, a urgência e o interesse público são evidentes, ainda que a cautelar tenha sido deferida há algum tempo, pois o quadro de carência de energia pode resultar em demanda imediata e fiscalização específica da ANEEL.

Da forma posta na decisão impugnada, a interessada não precisa cumprir o contrato de disponibilidade energética a que se obrigou, mas continua a receber mensalmente a contrapartida remuneratória pela mesma disponibilidade sem sofrer fiscalização ou eventual penalidade.

Assim, a decisão ora impugnada implica embaraço desproporcional ao exercício de atividade administrativa, em contrariedade ao interesse público, com graves repercussões, inclusive atinentes ao efeito multiplicador possivelmente pretendido por outras empresas do setor, o que causa perigoso desequilíbrio sistêmico.

Ante o exposto, **defiro o pedido de suspensão para sustar os efeitos da decisão proferida nos autos do Agravo de Instrumento n. 0066440-51.2016.4.01.0000.**

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 02 de dezembro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente